

O GLOBO

Desequilíbrio no pagamento às agências internacionais

J. CARLOS DE ASSIS

A contenção de gastos e o retardamento na reprogramação de investimentos públicos estão levando o Brasil a sustentar, pelo terceiro ano consecutivo, a contraditória posição de supridor líquido de recursos às agências internacionais de desenvolvimento. Pelas informações do Embaixador João Dauster, serão feitas transferências líquidas, neste ano, de US\$ 1,2 bilhão ao Banco Mundial e de US\$ 200 milhões ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, além dos pagamentos ao FMI e Clube de Paris.

Já que mantemos um nível razoável de reservas e um saldo comercial ainda em montante considerável, essa estratégia de confinar a moratória aos credores privados tem sua justificativa política, para efeito da renegociação externa da dívida. Evita-se o confronto direto com os governos associados ao Clube de Paris, na expectativa de recuperar o acesso às linhas de financiamento de longo prazo por seus Eximbanks. E mantém-se aberto o canal de negociação com o Fundo Monetário.

Entretanto, a relação financeira com as agências de desenvolvimento está menos condicionada pelo gargalo externo do que pelas indefinições internas quanto aos gastos governamentais. Só o Banco Mundial anunciou sua disposição de liberar ao Brasil, no curto prazo, financiamentos da ordem de US\$ 2 bilhões — o que seria suficiente para inverter o fluxo de recursos líquidos. No último ano e meio do Governo Sarney, houve negociações em torno de alguns projetos específicos, todas frustradas.

No Governo Collor, não obstante a forma altamente

favorável com que a burocracia e a direção do Banco reagiram ao programa de estabilização, não existe a perspectiva imediata de retomada dos empréstimos. Os motivos são basicamente os mesmos. Não há cobertura orçamentária para a contrapartida interna de recursos que a agência tradicionalmente exige na concessão de financiamentos. E continuará não havendo, pelo menos até o fim deste ano, pelo que se deduz da reprogramação orçamentária que acaba de ser anunciada.

Contudo, como o próprio Governo é o devedor direto ou avalista da dívida passada contraída junto ao Banco Mundial e ao BID, as transferências líquidas em dólar, para essas agências, repercutem diretamente no orçamento através das contas cambiais. É uma situação insustentável, na medida em que os gastos fiscais tendem a aumentar com as transferências, sem qualquer relação com a melhoria da eficiência ou a expansão do serviço público ou a maior disponibilidade de bens produzidos pelo setor produtivo estatal.

Está entre as prioridades na pauta de renegociação da dívida o restabelecimento, ao menos, do equilíbrio de fluxos nas relações financeiras com as agências de desenvolvimento. Para isso, os ministérios envolvidos com a execução de programas — tanto o da Infra-Estrutura, quanto os da área social — terão de acelerar a definição de seus projetos. Em agosto, o Executivo terá de encaminhar ao Congresso o Plano Plurianual de Investimentos, previsto na Constituição, incluindo a programação de inversões das empresas estatais e de economia mista. Será o momento de o Governo compatibilizar a programação orçamentária interna com esse aspecto particular da relação com as agências multilaterais de desenvolvimento, a fim de romper esse paradoxo que nos tornou, em plena crise da dívida do Terceiro Mundo, supridores líquidos de capital ao Primeiro Mundo.